

Policrise

Ana Costa, DINÂMIA'CET- Iscte
ana.costa@iscte-iul.pt

O termo policrise alcançou uma enorme popularidade. Académicos, decisores políticos, especialistas, assim como várias organizações, têm-se referido crescentemente nas suas análises ao conceito de policrise. O termo, popularizado pelo historiador Adam Tooze, na sua coluna no *Financial Times* e na newsletter *Chartbook*, e, posteriormente, em 2023, pelo Fórum Económico Mundial, centra-se na ideia da simultaneidade de vários choques, que se interligam e cujos efeitos têm uma natureza cumulativa. Em foco estava o impacto combinado que a crise pandémica, a invasão da Ucrânia pela Rússia e a crise climática poderiam originar. No momento atual, Tooze acrescenta o impacto resultante de uma escalada de conflitos regionais e de uma corrida ao armamento e o domínio de formas de capitalismo oligárquico, que aceleraram com a atual presidência norte-americana de Trump. O resultado da interação destas crises conexas, que podemos associar à ideia de uma tempestade perfeita, é a emergência - o impacto total da interação destes choques é amplificado e, por conseguinte, maior do que a soma dos efeitos dos vários choques. O termo policrise foi introduzido pelo filósofo e teórico da complexidade, Edgar Morin, com a publicação, em 1999, de um livro em coautoria com Anne Brigitte Kern, intitulado *Homeland Earth: A Manifesto for a New Millennium*.

O conceito é definido por Morin (1999, p. 73) como referindo-se a uma situação em que não se consegue apontar a existência de “nenhum problema vital único, mas de muitos problemas vitais”, sendo “esta complexa interconexão de problemas, antagonismos, crises, processos incontroláveis, e a crise geral do planeta que constitui o problema vital número um”.

Em 2013, o teórico dos estudos da sustentabilidade e das transições, Mark Swilling serve-se do conceito de policrises e da definição de Morin (1999) para olhar para a Grande Crise Financeira de 2007 e os impactos subsequentes. O conceito, apontando, segundo Swilling (2013, p. 98), para um conjunto de crises encapsuladas umas nas outras que interagem a um nível global e atingem vários sistemas em simultâneo, não podendo ser reduzidas a uma única causa, é apropriado, pelo autor, na perspetiva do Sul Global e da problemática da sustentabilidade. Swilling (2013) assinala a presença de múltiplas tensões, a reprodução de desigualdades e a persistência de trajetórias dependentes de desenvolvimento, que associa à expansão descontrolada do capital financeiro, como fatores bloqueadores das possibilidades de uma transição a nível global. Em 2022, Scott Janzwood e Thomas Homer-Dixon esclareciam, numa publicação do Instituto Cascade, a diferença entre uma situação de policrise global e de risco sistémico. Risco sistémico seria definido como ocorrendo ao nível de um certo sistema, tendo repercussões em um ou dois outros sistemas (*spillover effects*). Policrise referia-se, por sua vez, como já assinalado, ao efeito combinado de vários riscos sistémicos que ocorrem em simultâneo em diferentes sistemas, originando repercussões adicionais nos sistemas de origem. Janzwood e Homer-Dixon (2022) utilizam a denominação policrise global quando os impactos assumem uma escala global, provocando danos irreversíveis e catastróficos e a degradação dos sistemas de suporte da vida e das sociedades.

A discussão sobre policrises tem suscitado uma atenção crescente da blogosfera. Veja-se a newsletter *The Polycrisis*, editada por Tim Sahay e Kate Mackenzie, que publica, desde outubro de 2022, análises regulares sobre o tema com um foco nas questões de geopolítica e da ordem económica internacional e suas instituições. O termo policrise tem recebido ainda a atenção de várias instituições internacionais, como as Nações Unidas, ou o Conselho Europeu. É disso exemplo a organização conjunta pelo escritório das Nações Unidas em Bruxelas, o escritório da Fundação Friedrich Ebert também em Bruxelas e a FEPS - Foundation for European Progressive Studies, da Conferência *Navigating through the poly-crisis: Towards a global pact for a better future for people and planet*, em março de 2024. Outras organizações têm promovido a expansão do termo em várias análises. São os casos do Instituto Omega, da Fundação V. Kann Rasmussen, ou do já referido Instituto Cascade.

Em face de tanta popularidade, o termo policrise arrisca-se a transformar-se num conceito oco. Muitas têm sido também as críticas que lhe têm sido dirigidas. Parte destas críticas desvalorizam o carácter excepcional e novo das circunstâncias que o conceito de policrise procura retratar, aludindo, por exemplo, à situação complexa de todo o período da primeira grande guerra mundial e às circunstâncias que o envergavam, assim como às consequências que lhe sucederam. Daniel Drezner resume estas críticas, referindo-se ao historiador Niall Ferguson ou ao economista Noah Smith, para salientar a existência de contra movimentos e de forças capazes de equilibrar os sistemas. Embora reconhecendo a existência de forças diversas e contraditórias, fica por esclarecer como se poderá considerar que da sua interação resultará, necessariamente, um efeito compensador gerador de equilíbrio. Este é um esclarecimento que não caberá porventura nas teorias destes autores.

A controvérsia não é, no entanto, nova no campo das ideias económicas. Na verdade, encontramos no domínio da economia política, na crítica ao paradigma económico convencional, a rejeição do pressuposto que o sistema económico se autoequilibra. A divergência terá ainda implicações de política. À assunção dessa hipotética propriedade de autoequilíbrio associar-se-ia a suspeição com que são sempre consideradas as formas de regulação do sistema. Consideremos algumas correntes e autores representativos desse pensamento crítico. Esta referência, apesar de breve e incompleta, como se requer na introdução ao presente número, permite-nos afirmar com segurança que é possível ter dos processos económicos, da sua dinâmica de transformação histórica, diferentes leituras. No caso das correntes críticas do capitalismo, do século XIX, facilmente se identificam os socialistas utópicos e autores como Sismondi ou Marx, que argumentam a favor de uma interpretação do capitalismo, que longe de se caracterizar por uma convergência de interesses potenciadora do interesse geral, seria melhor descrito pela oposição de interesses e por várias formas de exploração, de que resultariam efeitos desestruturadores do próprio sistema.

O institucionalismo histórico norte-americano, destacando aqui o contributo de Veblen (1907), oferece uma leitura da mudança institucional como um processo indeterminado, sem um qualquer fim em vista pré-determinado. Em *Why is Economics not an Evolutionary Science?*, Veblen (1898) critica abertamente os pressupostos de que os sistemas económicos tendam para o equilíbrio e que os fenómenos económicos obedeçam a uma lei natural. Estas considerações seriam, para o autor, próprias de uma pseudociência, de uma taxinomia, incapaz de ter uma leitura dos processos e mecanismos da mudança. Para Veblen (1898), os processos económicos são evolutivos - a causalidade que liga diferentes fenómenos é cumulativa. Em 1944, Gunnar Myrdal utiliza o conceito de causalidade cumulativa para estudar a situação da população afro-americana nos Estados Unidos e a sua condição marcada por um círculo vicioso de pobreza.

No caso de J. Maynard Keynes, a incerteza e a complexidade assumem um papel central na sua obra. Em *The General Theory of Employment, Interest and Money*, de 1936, Keynes critica os postulados da teoria clássica e neoclássica do pleno emprego e propõe uma abordagem alternativa: "é uma característica notável do sistema económico em que vivemos que, apesar de estar sujeito a fortes flutuações no que respeita ao produto e ao emprego, não é violentamente instável. Na verdade, parece capaz de permanecer numa condição crónica de subemprego durante um período considerável, sem qualquer nítida tendência para a recuperação ou para o colapso completo. Além disso, a evidência mostra que o pleno emprego, ou mesmo aproximadamente o pleno emprego, é uma ocorrência rara e de curta duração" (Keynes, 1936, p. 249-250). Um outro domínio da crítica ao conceito de polícrise acentua antes a ausência de uma reflexão sobre a natureza das relações capitalistas que estão na base das várias crises, a que o conceito faz referência. Toda a linguagem sobre choques, riscos sistémicos, complexidade, emergência arrisca-se a promover uma narrativa despolitizadora, que é notada por alguns críticos. Veja-se, por exemplo, a coluna da autoria de Güney İşikara no blogue *Developing Economics*.

Este confronto de perspetivas em torno do conceito de policrise serviu de inspiração ao presente número da revista PASSAGENS. Valerá a pena esclarecermos a posição que parece emanar das leituras feitas no presente número. Poder-se-á apontar que partilhamos o reconhecimento de que vivemos um contexto de múltiplas crises, de crises conexas, cujos efeitos se entrecruzam e vão progressivamente fragilizando todo o tecido económico e social com profundas implicações políticas. A leitura que aqui propomos procura, porém, explorar duas dimensões que consideramos sub-representadas na discussão sobre crises. A primeira dimensão é a dimensão política. Trata-se de reconhecer explicitamente a necessidade de uma compreensão mais alargada da natureza das relações capitalistas, das várias forças e interesses em presença e das relações de poder que as enformam, e de como isto poderá estar na origem de crises, com repercussões diversas em contextos diferentes. As relações capitalistas são assim tomadas na sua variabilidade e plasticidade, não como um todo autoexplicativo. É nesta acepção que se considera a fase atual de um capitalismo financeirizado e assimétrico, em que crescem fenómenos de fragmentação e polarização em diferentes domínios, social, económico, político e cultural.

Esta perspetiva corresponde aliás a uma redescoberta interdisciplinar do estudo do capitalismo, alinhada com uma tendência internacional de investigação no domínio das ciências sociais, que inspirou o Doutoramento em Economia Política - programa doutoral ao qual o DINÂMIA' CET-Iscte está ligado, juntamente com o CIES-Iscte, e com outras unidades de investigação das restantes instituições parceiras do programa - a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. O estudo interdisciplinar do capitalismo que é promovido no âmbito do Doutoramento em Economia Política vê-o enquanto um sistema socioeconómico e de poder; um sistema diversificado ao longo e em cada momento da sua história; um sistema em transformação nos seus quadros institucionais e nas suas escalas. Esta perspetiva é transversal aos vários artigos do presente número.

A segunda dimensão prende-se com a análise do conceito de policrise na perspetiva das periferias. A crise pandémica e a guerra na Ucrânia atingem Portugal, uma economia periférica no contexto europeu, após o impacto das políticas de austeridade nos anos de intervenção da Troika¹, de 2011 a 2014, no contexto da crise das denominadas dívidas soberanas da Zona Euro. Este regime de uma economia política da austeridade deixou um lastro muito significativo na economia e sociedade portuguesas. Para além dos impactos recessivos vividos nos anos da crise ao nível da atividade económica, do emprego e do investimento, as políticas de austeridade acentuaram os desequilíbrios internos e as condições de dependência da economia portuguesa (Reis, 2023). As medidas de desvalorização interna, implementadas no contexto do programa de resgate da Troika, constituíram um momento de aceleração de uma trajetória anterior de desproteção e individualização da relação laboral, e de enfraquecimento dos sindicatos, que não foi completamente superada. O perfil de especialização produtiva da economia portuguesa é também afetado. A recomposição do peso das atividades económicas na estrutura do produto mostra um crescimento mais acentuado dos setores associados ao turismo, como o alojamento e a restauração, e as atividades imobiliárias. O relançamento da economia que sai deste regime de uma economia política de austeridade alicerça-se, fundamentalmente, na desqualificação da atividade económica, na desvalorização do trabalho e na rentabilização dos ativos.

1- A Troika integrou o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu.

A leitura que propomos no presente número da revista PASTAGENS nasce da preocupação de melhor compreendermos os impactos destas múltiplas crises numa economia, como a economia portuguesa, já de si fragilizada e de como isso poderá aprofundar desigualdades existentes e originar novos desequilíbrios. Em causa está o desenvolvimento das dimensões analíticas já aqui referidas. Em primeiro lugar, quando nos questionamos que força é essa, referimo-nos agora ao(s) capitalismo(s), questão, que sendo considerada de diferentes ângulos, percorre os artigos do presente número, assim como está presente no texto do encenador Manuel Jerónimo da peça *A Beleza das Empregadas Domésticas*. Poderemos lá falar de policrises sem falar de capitalismo(s)? Por sua vez, a fixação de coordenadas espaço-temporais ao conceito de polocrise dá-lhe densidade e trá-lo para o plano das vivências concretas destas crises conexas. A perspetiva que trazemos sobre a economia portuguesa enfatiza esferas fundamentais do bem-estar e do cuidado, é sobre a Habitação e o Trabalho que nos debruçamos afinal quando lemos os impactos deste contexto de policrise à escala nacional.

No primeiro artigo, Patrícia Matos propõe uma antropologia da polocrise como um antídoto para o vazio explanatório em que a retórica das policrises poderá incorrer. Fá-lo partindo do conceito de ‘economias quotidianas do bem-estar’, que compreende as capacidades agenciais dos seres humanos, assim como as suas práticas, alicerçadas social e culturalmente, na procura das condições necessárias à vida e da sua sustentabilidade intergeracional, que emergem, geralmente, como críticas em condições de crise. Este conceito procura desvendar práticas histórica e localmente informadas e outras formas de valoração não redutíveis ao valor mercantil, podendo constituir-se como um guia para a ação dos poderes públicos.

No segundo artigo, Rita Silva analisa a crise da habitação, especificando os seus contornos no caso de Portugal. A crise da habitação é vista como o resultado de um processo de financeirização do capitalismo, que procura responder às crises de sobre acumulação das economias capitalistas e da necessidade de extração de rendas. Neste processo, a habitação é progressivamente financeirizada, por via, essencialmente, da compra de casa própria e da promoção do crédito, ou pela sua transformação em ativo financeiro. A habitação como expressão rentista é contraposta à sua função social, mostrando tensões fundamentais das formas de funcionamento das economias capitalistas.

No terceiro artigo, de Joana Lages, Sáila-Maria Saaristo e Nuno Dias, a crise da habitação é novamente palco, mas na interseção com a experiência de trabalhadoras imigrantes em Portugal por via do caso das trabalhadoras de limpeza do Iscte. Procura-se mostrar como desigualdades de género, precariedade laboral, dinâmicas migratórias e exclusão habitacional convergem e amplificam-se mutuamente, constituindo-se como expressão localizada de polícrises a uma escala global. O conceito de polícrise é usado como lente analítica para compreender a interligação entre fenómenos contemporâneos assentes na exclusão socio-espacial a partir de um lugar particular, o gabinete 132 da Ala Autónoma do Iscte, e de uma abordagem específica - a da etnografia não convencional, formada para examinar as desigualdades sociais a partir do interior da universidade.

No quarto artigo, Luísa Veloso detém-se sobre a projetificação do trabalho a partir de uma investigação em curso – *PROWORK: Projetificação do trabalho: modelos de organização em rede nas sociedades capitalistas contemporâneas*. A projetificação do trabalho vista como a generalização crescente do trabalho por projeto é descrita como uma forma de organização do trabalho que se tem disseminado por vários setores de atividade económica e profissões e que aqui se foca nos projetos em rede. A investigação fazendo uso do estudo de caso atende a várias dimensões, desde as questões sobre divisão do trabalho e atribuição de responsabilidades, às relações de emprego e aos mecanismos de controlo do trabalho, e aos domínios de expertise e competências gestionárias mobilizadas até aos impactos na saúde.

Referências Bibliográficas

- Janzwood, S. e Homer-Dixon, T. (2022, April 27) *What Is a Global Polycrisis? And how is it different from a systemic risk?*. Discussion Paper - Cascade Institute.
- Keynes, J. Maynard (1936). *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Londres: MacMillan.
- Myrdal, G. (1944). *American dilemma: the Negro problem and modern democracy*, Londres e Nova Iorque: Harper & Brothers Publishers.
- Morin, Edgar (1999). *Homeland Earth: A Manifesto for a New Millennium*. Hampton Press.
- Reis, José (2023). *Os cinco trabalhos de uma periferia europeia: a economia portuguesa em tempos convulsos*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 130, 101-126.
- Swilling, M. (2013, January 31). *Economic crisis, long waves and the sustainability transition: An African perspective*. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 6, 96–115.
- Veblen, T. (1898, July). *Why is economics not an evolutionary science?*. *Quarterly Journal of Economics*, 41-69.
- Veblen, T. (1907). *The Socialist Economics of Karl Marx and his Followers II: The Later Marxism*. *Quarterly Journal of Economics*, 21(1), 299-322.